

Governo anuncia renovação das concessões e queda de preços de energia

As tarifas de energia sofrerão uma redução de 16 a 28%, a partir de 2013, para os consumidores residenciais e industriais, garantindo maior competitividade da economia brasileira.

A queda na tarifa é resultado da renovação das concessões de energia (que venceriam a partir de 2015), da redução de encargos setoriais e do aporte pela União de 3,3 bilhões de reais.

“Redução de energia gera efeito sistêmico que tem impacto sobre toda economia. Vai melhorar a participação do país na disputa internacional, reduzir inflação e estimular investimento. O empresário vai ganhar, o consumidor vai ganhar”, disse a presidente Dilma Rousseff em seu discurso durante anúncio da medida.

Dilma afirmou ainda que a redução das tarifas poderá ser ainda maior, dependendo da conclusão de estudos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em março.

Melhorias com a Redução

Cenário Mundial

Segundo a Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace), com a redução, o Brasil deixará o topo do ranking das energias mais caras do mundo, o que deve acelerar o crescimento econômico do País. Já a Associação Nacional dos Consumidores de Energia (Anace), embora caia no ranking, o preço da eletricidade no Brasil continuará acima da média mundial.

A Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib) avalia que o pacote com diretrizes e ações no âmbito do setor elétrico tornará a economia brasileira mais competitiva e vai reforçar a segurança jurídica e a estabilidade regulatória para as empresas do setor.

Inflação

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse que a redução é fundamental para o País e beneficiará todos os setores, como indústria, comércio e agricultura. Além disso, vai permitir que o consumidor tenha uma sobra de recursos para fazer outras aquisições. O impacto desinflacionário da medida será de 0,50 a 1 ponto percentual.

Empregos

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson de Andrade, comemorou a redução do custo de energia anunciada nesta terça-feira pelo governo. Ele estima que a redução de 28% na tarifa de energia elétrica poderá diminuir o custo de produção no setor em até 4%, o que aumentará a competitividade e estimulará o investimento e a geração de emprego.



Governo aciona térmicas para enviar energia ao Nordeste



Em virtude das secas, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) acionou as usinas termelétricas para enviar 2.500 megawatts para o Nordeste. A medida visa garantir a manutenção dos reservatórios das usinas hidrelétricas até novembro, quando se encerra o período seco.

Com o objetivo de evitar uma queda ainda maior do armazenamento, o acionamento das térmicas, caso não chova, garante para novembro níveis de 33% no Nordeste e de 41% no Sudeste. Por isso, a expectativa é de que o volume despachado em 2012 deva superar o de 2011, disse o diretor geral do ONS, Hermes Chipp, sem especificar de que proporção será o aumento, informando que geração térmica do País hoje é de aproximadamente 15 mil MW.

O acionamento das térmicas vai fazer com que a energia chegue mais cara às residências e às indústrias, explicou Chipp. Os custos dessa geração são superiores aos de outras fontes e devem ser repassados aos consumidores. Ele questionou as restrições feitas no País à implementação de térmicas a carvão.

Inicia pesquisa anual de satisfação dos consumidores de eletricidade

Serão realizadas 19.470 entrevistas com consumidores residenciais de 475 municípios distribuídos pelas áreas de concessão das 63 distribuidoras que operam no país.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) começou no dia 3 de setembro as entrevistas com os consumidores de energia elétrica para a 13ª edição da pesquisa anual que apura o Índice Aneel de Satisfação do Consumidor (Iasc). Os questionários serão aplicados até outubro de 2012 e os resultados serão divulgados em dezembro, com a entrega do Prêmio Índice Aneel de Satisfação do Consumidor – Iasc.

Os pesquisadores estarão em todas as capitais, nos municípios que sediam concessionárias e em outros, escolhidos

pela Agência por meio de sorteio público. Dentre os municípios paulistas sorteados estão Campinas, Itapira, Marília, Sorocaba, Itú, Limeira e Bragança Paulista.

O Iasc avalia a qualidade a partir da percepção dos consumidores residenciais e auxilia a Aneel nas atividades de fiscalização e no aperfeiçoamento do processo regulatório. O resultado da pesquisa também permite às empresas aperfeiçoarem seus serviços.

Energia Nuclear

Japão pretende eliminar usinas nucleares na década de 2030

Imprensa japonesa divulgou que, até 2030, o país pretende eliminar o uso da energia atômica de sua matriz, antecipando uma nova estratégia energética a ser apresentada em breve.

Antes do acidente nuclear na usina de Fukushima, a meta era que mais de metade da matriz energética japonesa fosse nuclear. O primeiro-ministro, Yoshihiko Noda, disse que pretende definir a nova política energética em breve, e que vai considerar uma proposta do seu partido, o Democrático, para que o Japão invista todos os recursos para abandonar a energia nuclear na década de 2030.

As novas diretrizes não devem resolver o acirrado debate sobre a conveniência econômica de manter a energia nuclear, e não há garantias de que o novo governo, a ser eleito nos próximos meses, irá manter a posição que foi adotada por Noda.

Empresários temem que a desativação das usinas encareça o custo da energia. Já os ativistas antinucleares dizem que a busca por alternativas às usinas irá abrir novas oportunidades empresariais e estimular a inovação.



Energia mais barata pode deixar etanol mais competitivo



A redução dos preços da energia anunciada pela presidente Dilma Roussef pode resolver questões ligadas ao preço do etanol, segundo o presidente interino da União da Indústria de cana-de-açúcar (Unica), Antônio de Pádua Rodrigues.

Os preços menores da energia reduzirão os índices de inflação, dando margem para o governo resolver a disparidade entre o preço da gasolina e do petróleo sem elevar os índices de preços. O efeito seria um etanol mais competitivo, sem o peso da contenção de preços da gasolina.

Segundo Pádua, a maioria das usinas do setor geram energia para consumo próprio. Muitas já possuem capacidade para gerar um excedente energético que pode ser vendido à grade de energia através de leilões, porém, os preços oferecidos nos últimos leilões não cobrem os investimentos em caldeiras para que esta produção de excedente energético se torne viável.

Governo estuda reduzir PIS/Cofins do etanol

Marco Antônio Martins Almeida, secretário de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia (MME), afirmou a jornalistas na Rio Oil & Gas, um dos principais eventos de Petróleo e Gás da América Latina, que o governo estuda a desoneração de PIS/Cofins do etanol, em resposta à solicitação do setor.

De acordo com ele, um conjunto de medidas está sendo avaliado para estimular o mercado de etanol.

Além de estímulos fiscais, outra medida é a previsibilidade do mercado, com o estabelecimento do percentual de etanol anidro misturado à gasolina. Ele não estipulou uma data, mas disse ser possível que o anúncio ocorra dentro de semanas ou até o fim do ano.



Geração

Energia alternativa pode crescer 40% no Brasil

As hidrelétricas predominam na matriz energética brasileira, no entanto, um novo estudo do WWF Global aponta que, se houver vontade política, dá para aumentar em, pelo menos 40%, a produção de eletricidade por fontes renováveis alternativas.

Dados do Balanço Energético Nacional 2012 revelam que a energia hídrica representa mais de 81% da matriz elétrica brasileira. Mas será que essa dependência das grandes usinas hidrelétricas é realmente necessária? O novo estudo aponta que não. Segundo a publicação, o país já tem capacidade para aumentar em, pelo menos, 40% a produção de eletricidade a partir de fontes renováveis alternativas.

No caso da eletricidade gerada a partir do vento, por exemplo, o estudo revela que o Brasil é capaz de produzir 300 milhões de kW. Atualmente, no entanto, não produz nem a metade, gerando cerca de 114 milhões de kW. A energia solar também não fica atrás no quesito potencial. De acordo com a publicação do WWF, se o lago de Itaipu fosse totalmente coberto com painéis fotovoltaicos, por exemplo, seria possível produzir, anualmente, 183 milhões TWh, o que representa o dobro de toda a energia elétrica produzida pela usina de Itaipu em 2011.

No entanto, para que o Brasil realmente consiga atingir todo

o potencial que possui na geração de energia a partir de fontes renováveis alternativas, é preciso vontade política. Isso porque a criação de novos subsídios ou, ainda, o redirecionamento dos subsídios já existentes é fundamental no processo de transição para uma matriz elétrica menos dependente das usinas hidrelétricas.





Você já ouviu
falar do **Novo**

Código Florestal ?

Proposto pelo deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), a nova Lei já sofreu diversas modificações desde que foi apresentada pela primeira vez - dividindo ruralistas, ambientalistas e estudiosos.

Criado em 1965, o Código Florestal regulamenta a exploração da terra no Brasil, baseado no fato de esta é um bem de toda a população. A legislação estabelece parâmetros e limites para preservar a vegetação nativa e determina o tipo de compensação, como reflorestamento, que deve ser feito por setores que usem matérias-primas, assim como as penas para os responsáveis por desmate e outros crimes ambientais relacionados.

A elaboração do Código durou mais de dois anos e foi feita por uma equipe de técnicos.

Quais as diferenças entre o novo código e o que está em vigor?

Ambientalistas, ruralistas e cientistas concordam que esta é uma necessidade para adaptar as leis nacionais à realidade brasileira e mundial. O atual foi modificado várias vezes por decreto e medidas provisórias e, com o novo Código, haveria uma legislação mais sólida.

As principais diferenças estão relacionadas à área de terra em que será permitido o desmate, ao reflorestamento dessa área e à punição para quem já desmatou. Segundo o novo texto, as propriedades que utilizam topos de morros e encostas, terrenos

conhecidos como APPs, para plantio de maçã, café e uva, por exemplo, além de pastoreio extensivo, continuam onde estão localizadas, sem serem consideradas irregulares. Outras exceções de ocupação de APPs seriam tratadas no decreto presidencial.

Outro ponto que é bastante discutido no novo texto trata sobre as plantações em margens de rios. A medida de conceder ao governo a prerrogativa de autorizar plantações nestas áreas desagradou a oposição, que entende isto como "um cheque em branco". No entanto, a medida foi acordada entre o primeiro relator, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), os líderes da base e o Executivo.

Polêmica

A polêmica em torno do projeto de lei que estabelece o novo Código Florestal emperra sua votação na Câmara dos Deputados. De um lado, os ruralistas defendem as mudanças propostas pelo governo. Do outro, os ambientalistas apontam riscos do crescimento de florestas desmatadas e de prejuízos ao meio ambiente.

O Código Florestal, em vigor desde 1965, reúne um conjunto de leis que visam à preservação das florestas. Porém, ele não foi seguido pela maioria dos produtores rurais. Estima-se que 90% estejam em condições irregulares. O principal objetivo das mudanças é regularizar a situação desses produtores.

As mudanças na lei beneficiam pequenos proprietários, que ficarão isentos de reflorestar áreas desmatadas.

O novo código propõe ainda suspender a multa e sanções aplicadas a proprietários rurais até 22 de julho de 2008 - data em que entrou em vigor o decreto regulamentando a Lei de Crimes Ambientais.

O que diz a lei atual

Áreas de Preservação Permanente (APP)

Zona protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar a água, a paisagem e a estabilidade geológica, a biodiversidade, o solo e assegurar o bem-estar das pessoas. Pode ocorrer em área rural ou urbana

NASCENTES

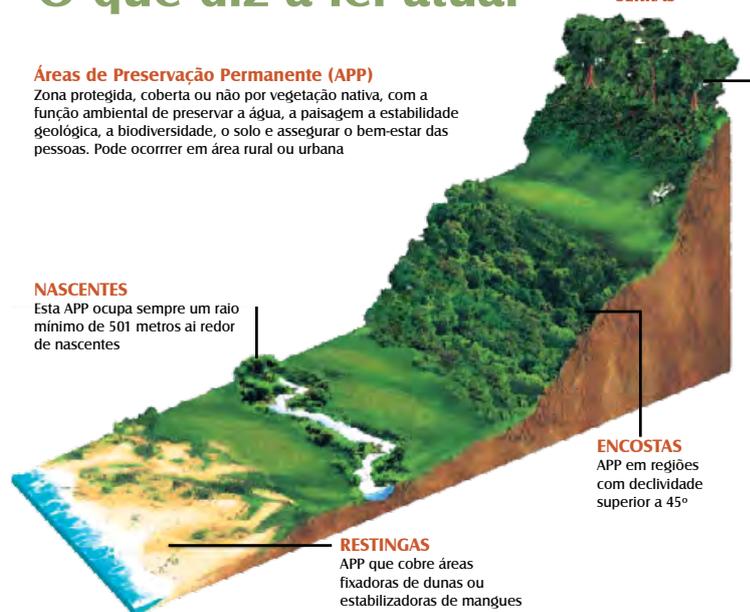
Esta APP ocupa sempre um raio mínimo de 501 metros ao redor de nascentes

TOPOS DE MORROS, MONTANHAS E SERRAS

ENCOSTAS
APP em regiões com declividade superior a 45°

RESTINGAS

APP que cobre áreas fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues



O Jornal Cemirim é um Informativo da Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da Região de Mogi Mirim

DIRETORIA: Presidente: Antonio Marino Brandão de Almeida - Vice-Presidente: Roberto Diegues - Secretário: Valter Costella - VOGAIS: Mathis Peter Hendrikx, Alonso Tomaz Moreno, José Luiz Cunha Claro, Antônio Francisco Manera - SUPLENTEs: Mário Bruno, Cirineu Avancini - CONSELHO FISCAL: Lorivaldo Filipini, Jorge Setoguchi, Miguel Renato Esperança - SUPLENTEs: Claudinor Canisella, Clairson Tagliari, Angelo Pinto Guedes, Rua José de Freitas, 350 (defronte à SP-340, km 165 - Rod. Campinas-Águas da Prata / Trecho Mogi Mirim-Guaçu) - CEP 13800-970 - Mogi Mirim - SP - Tel.: (Administração) (19) 3805 7900 Fax: (19) 3805 7914 - www.cemirim.com.br cemirim@cemirim.com.br - SAC 0800 772 69 95 - Projeto Gráfico, Copidesque e Editoração: Lead Comunicação - Campinas - SP - leadmart@leadmart.com.br - Editora Resp.: Mariana Benedetti (MTb/SP 47252) Fotos: Stock Xchange e arquivo Cemirim - CTP - Impressão: Unigráfica.